

4º SIMULADO

DEPEN

AGENTE FEDERAL DE
EXECUÇÃO PENAL

PÓS-EDITAL



Estratégia
Concursos

Simulado Especial

4º Simulado DEPEN

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do DEPEN;
- 2 – A prova contém **120 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CESPE/CEBRASPE, com assertivas para serem valoradas como “certo” ou “errado”.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-DEPEN-07-06>

01 – C E	25 – C E	49 – C E	73 – C E	97 – C E
02 – C E	26 – C E	50 – C E	74 – C E	98 – C E
03 – C E	27 – C E	51 – C E	75 – C E	99 – C E
04 – C E	28 – C E	52 – C E	76 – C E	100 – C E
05 – C E	29 – C E	53 – C E	77 – C E	101 – C E
06 – C E	30 – C E	54 – C E	78 – C E	102 – C E
07 – C E	31 – C E	55 – C E	79 – C E	103 – C E
08 – C E	32 – C E	56 – C E	80 – C E	104 – C E
09 – C E	33 – C E	57 – C E	81 – C E	105 – C E
10 – C E	34 – C E	58 – C E	82 – C E	106 – C E
11 – C E	35 – C E	59 – C E	83 – C E	107 – C E
12 – C E	36 – C E	60 – C E	84 – C E	108 – C E
13 – C E	37 – C E	61 – C E	85 – C E	109 – C E
14 – C E	38 – C E	62 – C E	86 – C E	110 – C E
15 – C E	39 – C E	63 – C E	87 – C E	111 – C E
16 – C E	40 – C E	64 – C E	88 – C E	112 – C E
17 – C E	41 – C E	65 – C E	89 – C E	113 – C E
18 – C E	42 – C E	66 – C E	90 – C E	114 – C E
19 – C E	43 – C E	67 – C E	91 – C E	115 – C E
20 – C E	44 – C E	68 – C E	92 – C E	116 – C E
21 – C E	45 – C E	69 – C E	93 – C E	117 – C E
22 – C E	46 – C E	70 – C E	94 – C E	118 – C E
23 – C E	47 – C E	71 – C E	95 – C E	119 – C E
24 – C E	48 – C E	72 – C E	96 – C E	120 – C E

PORTUGUÊS

Adriana Figueiredo

A função da arte

Diego não conhecia o mar. O pai, Santiago Kovadloff, levou-a para que descobrisse o mar. Viajaram para o Sul. Ele, o mar, estava do outro lado das dunas altas, esperando.

Quando o menino e o pai enfim alcançaram aquelas alturas de areia, depois de muito caminhar, o mar estava na frente de seus olhos. E foi tanta a imensidão do mar, e tanto o seu fulgor, que o menino ficou mudo de beleza.

E quando finalmente conseguiu falar, tremendo, gaguejando, pediu ao pai: - *Me ajuda a olhar!*

(GALEANO, Eduardo. O livro dos abraços. Porto Alegre: L&PM, 2002, p. 12)

01. Infere-se do texto que o pai é o agente transformador do olhar do menino.

02. Deduz-se que o título “a função da arte” está relacionado diretamente com o pedido do menino: “me ajuda a olhar”

03. “Temos um amigo artista plástico que gosta de nos falar de velhos palacetes brasileiros”

A troca de posição dos termos “velhos palacetes brasileiros” para “palacetes velhos brasileiros” geraria alteração gramatical ou semântica da frase?

04. “Um controle eletrônico de portão tem uma única função e pode ser usado por anos e anos sem necessidade de troca. Já um telefone celular tem maior taxa de obsolescência programada”.

Com relação às ideias e aos aspectos linguísticos do trecho anterior, julgue o item que se segue.

A palavra já tem sentido de tempo.

05. “Devemos preparar uma nova geração na qual a destruição do meio ambiente seja um fenômeno do passado. Nesse futuro tão próximo, teremos alcançado a evolução civilizatória.

A substituição de “teremos alcançado” por **alcançaremos** manteria os sentidos originais do texto.

06. A seda – uma fibra produzida do cultivo do bicho-da-seda – é conhecida por seu brilho e toques únicos, **mas** a qualidade mais importante dela é exatamente a imagem de nobreza...”

Com relação às ideias e aos aspectos linguísticos do trecho anterior, julgue o item que se segue.

A conjunção destacada pode ser substituída, sem alterar o sentido do trecho, por todavia

07. “As emoções são tão intrínsecas ao ser humano que, segundo alguns estudiosos, estão registradas no nosso patrimônio genético.”

Com relação às ideias e aos aspectos linguísticos do trecho anterior, julgue o item que se segue.

A segunda oração do período destacado, em relação à primeira, expressa, sintaticamente, consequência.

08. “A nuvem – tecnologia que permite guardar dados na internet -, a conectividade móvel e as redes digitais levam alguns pesquisadores a afirmar que estamos entrando numa nova revolução digital”.

Nesse trecho, os travessões foram utilizados para separar informação explicativa e, sem prejuízo da correção gramatical, podem ser substituídos por parênteses, mesmo mantendo-se a vírgula depois do segundo travessão.

09. “Deveria haver mais revistas e jornais **dedicadas** à literatura”.

Com relação às ideias e aos aspectos linguísticos do trecho anterior, julgue o item que se segue: no que diz respeito à concordância nominal, a palavra em destaque está empregada de acordo com a norma-padrão:

10. Julgue o item a seguir com relação a aspectos gramaticais da frase.

Em “A primeira ideia do chefe foi mandar vir da Europa alguns equipamentos eletrônicos”, a forma verbal “vir” poderia concordar com a expressão nominal “alguns equipamentos eletrônicos”, que é o sujeito desse verbo.

11. A ciência e a tecnologia são inevitavelmente envolvidas em dirimir os riscos para uma vida mais segura. No entanto, esses riscos estão inextricavelmente relacionados à globalização. A ciência e a tecnologia tornaram-se globalizadas

O emprego do sinal indicativo de crase em “relacionados à globalização” é facultativo, pois o termo “globalização” poderia ser empregado, nesse contexto, de forma indeterminada, indefinida e, conseqüentemente, sem o artigo definido.

12. A impessoalidade presente no trecho - “**Só falta agora proibir as postagens**”- seria corretamente preservada caso a forma verbal “**proibir**” fosse substituída por: **se proibirem** ou **proibirem**.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Paulo Guimarães

13. Sobre a Ética, Moral e os códigos de ética, julgue a assertiva abaixo:

As normas que constam nos códigos de ética implicam na manifestação do “ser”.

14. O servidor público deve agir orientado pelos sentimentos de bem comum, justiça e respeito aos direitos e às garantias individuais, exceto quando isso trazer prejuízo a interesses da Administração Pública.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Guilherme Neves

Em um espaço de probabilidades, os eventos A e B são tais que $P(A) = 0,4$, $P(B) = 0,5$ e $P(\bar{A} \cap \bar{B}) = 0,3$. Com base nessas informações, julgue os itens a seguir.

15. $0,1 < P(A \cap B) < 0,2$.

16. Os eventos A e B são independentes.

17. $P(A \cap \bar{B}) = 0,2$.

18. $P(B|A) = 0,5$.

Considere que as letras P, Q, R e S representem proposições e que os símbolos \neg , \wedge , \vee e \rightarrow sejam operadores lógicos que constroem novas proposições e significam “não”, “e”, “ou” e “então”, respectivamente. Na lógica proposicional, cada proposição assume um único valor-verdade, que pode ser verdadeiro (V) ou falso (F), mas nunca ambos.

Com base nas informações apresentadas no texto acima e nas regras da lógica sentencial, julgue os itens a seguir.

19. Se as proposições P e Q são verdadeiras, então a proposição $P \rightarrow (\neg Q)$ também é verdadeira.

20. Se a proposição S é falsa e as proposições P, Q e R são verdadeiras, então a proposição $((\neg P) \wedge S) \rightarrow [(\neg R) \rightarrow Q]$ é verdadeira.

21. A proposição $[(P \vee Q) \wedge (\neg Q)] \rightarrow P$ é sempre verdadeira, independente dos valores lógicos atribuídos às proposições P e Q.

22. O número de linhas da tabela-verdade da proposição $(P \wedge Q) \rightarrow [R \vee (\neg Q)]$ é igual a 16.

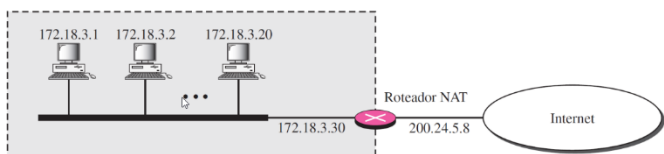
INFORMÁTICA

Diego Carvalho e Renato da Costa

23. A fibra óptica é um meio de transmissão não guiado, uma vez que a transmissão dos dados ocorre por meio da transmissão de ondas eletromagnéticas.

24. O Switch L3 é um equipamento de rede que funciona de maneira semelhante a um roteador.

Considere o seguinte fragmento para responder o item a seguir.



25. Na imagem apresentada, há três máquinas com endereços lógicos diferentes, no entanto todo pacote que sai dessa rede interna – independente da máquina remetente – terá como endereço de origem 200.24.5.8.

26. Ao se detectar que um determinado computador está infectado por bots maliciosos, recomenda-se desconectá-lo da rede o mais rápido possível.

27. O Cavalo de Troia (Trojan Horse) é um software malicioso extremamente versátil, podendo ser de diversos tipos, como Downloader, Dropper, Backdoor, DoS, Clicker, entre outros.

28. Em bancos de dados, modelos de baixo nível oferecem conceitos que descrevem os detalhes de como os dados são armazenados no computador, sendo voltados – em geral – para usuários finais.

29. No RAID 1+0, é realizada a combinação de pares de discos, sendo que cada par é espelhado para garantir a redundância. Esse arranjo resultou em uma baixa tolerância a falhas, mas uma alta eficiência.

30. O LinkedIn é uma rede profissional utilizada como rede de negócios, mas não se trata de uma rede social.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

Dois amigos, Carlos e Eduardo, conversavam sobre como o art. 5º da Constituição Federal de 1988 era extenso e sobre quão complexa é a interpretação dos demais direitos e garantias fundamentais. Da conversa, várias dúvidas surgiram. A respeito das afirmações dos amigos, julgue os próximos itens, acerca dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição.

31. Eduardo afirmou que os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às normas constitucionais originárias.

32. Carlos disse que a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa e esclarecimentos de situações de interesse pessoal é assegurada a todos, brasileiros e estrangeiros, independentemente do pagamento de taxas.

33. Eduardo, considerando que sua crença religiosa prega a não violência e o repúdio ao uso de armas, negou-se a prestar o serviço militar obrigatório, bem como a cumprir o serviço alternativo fixado em lei, motivo pelo qual poderá ser privado de seus direitos.

34. Carlos comentou que às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação, assegurada a integridade física e moral.

Julgue o próximo item relativo ao capítulo da segurança pública previsto na Constituição Federal.

35. Às polícias civil, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, a função de polícia ostensiva e a preservação da ordem pública. Aos corpos de bombeiros militares cabe, além de outras atribuições, a execução de atividades de defesa civil.

Acerca dos partidos políticos, julgue o próximo item.

36. Os partidos políticos só adquirem personalidade jurídica após o registro de seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.

De acordo com as disposições previstas na Constituição Federal, julgue o item a seguir.

37. A chefia do Poder Executivo é do Presidente da República, que a exerce auxiliado pelos Ministros de Estado, sendo considerado eleito o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, computados os em branco e os nulos.

Serge, francês naturalizado brasileiro, deseja filiar-se a partido político e concorrer em alguma eleição. Com base no exposto, julgue o próximo item.

38. De acordo com a Constituição Federal de 1988, Serge não poderá concorrer aos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, podendo concorrer aos cargos de Senador e Deputado Federal, embora não possa ser eleito Presidente das Casas Legislativas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Thállius Moraes

Levando em consideração disposições previstas na Lei 8.112/90, que trata do regime jurídico único dos servidores públicos civis federais, analise as próximas assertivas.

39. Após a publicação do ato de provimento, o servidor público terá um prazo de trinta dias para tomar posse, o que pode ser feito mediante procuração.

40. A reintegração é a forma de provimento na qual ocorre a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com o ressarcimento de todas as vantagens do período.

Acerca dos Poderes da Administração e da Responsabilidade Civil do Estado, analise os próximos itens.

41. O poder de polícia administrativa é dotado do atributo da autoexecutoriedade, que permite à Administração Pública executar diretamente todas as suas decisões, independente de decisão judicial, como no caso de interdição de um estabelecimento irregular, por exemplo.

42. Para a configuração da responsabilidade estatal pela atos praticados por seus agentes, nessa qualidade, é imprescindível a comprovação de nexo de causalidade entre conduta do agente público e o dano causado a um terceiro.

Acerca das Licitações e dos Contratos Administrativos, levando em consideração as normas traçadas na Lei 8.666/93 e no Decreto 10.024/19, julgue os próximos itens.

43. Guerra e calamidade pública são hipóteses de dispensa de licitação, casos em que é facultado ao administrador proceder à licitação ou realizar a contratação direta.

44. Os contratos administrativos são formais, de modo que eles devem ser celebrados por escrito, sendo inadmissível qualquer forma de contrato verbal.

45. No pregão eletrônico, caso o licitante que apresentou a proposta vencedora seja inabilitado, cabe ao pregoeiro examinar as propostas subsequentes, na ordem de classificação, até apuração de uma que atenda ao edital.

A lei 9.784/99 estabelece as regras acerca do processo administrativo em âmbito federal. Considerando essas disposições, analise o próximo item.

46. É impedido de atuar no processo administrativo a autoridade que seja amigo íntimo de um dos interessados no processo.

DIREITO PENAL

Ivo Martins

47. O CP adota o sistema vicariante, que impede a aplicação cumulada de pena e medida de segurança a agente semi-imputável e exige do Juiz a decisão, no momento de prolatar a sua sentença, entre a aplicação de uma pena com redução de um a dois terços ou a aplicação de medida de segurança, de acordo com o que for mais adequado ao caso concreto.

48. O direito penal brasileiro não admite a punição de atos meramente preparatórios anteriores à fase executória de um crime, uma vez que a criminalização de atos anteriores a execução de delito é uma violação ao princípio da lesividade.

49. Acerca dos princípios e fontes do direito penal, assinale a opção correta.

As medidas provisórias podem regular matéria penal nas hipóteses de leis temporárias ou excepcionais.

50. Acerca da aplicação da lei penal brasileira, assinale a opção correta.

Os crimes praticados no exterior ficarão sujeitos à lei brasileira quando forem cometidos contra a Fé Pública municipal.

51. A mãe que, apressada para fazer compras, esquecer o filho recém-nascido dentro do carro, responderá por homicídio culposo, caso o bebê venha a morrer por sufocamento dentro do veículo fechado, visto que, na qualidade de agente garantidor, tem a obrigação legal de cuidado, proteção e vigilância da criança.

52. Situação hipotética: Mulambo entra em uma loja de celulares, afim de roubar, com o uso de violência e grave ameaça, um Iphone para seu uso pessoal, pois naquela manhã seu Samsung veio a dar perda total. Ao anunciar o assalto, foi surpreendido pelo segurança que aplicou vários golpes de artes marciais, porém sem sucesso, pois nunca praticou, tentou , apenas, reproduzir o que havia visto na TV. Em um deslize do segurança, Mulambo conseguiu se desvencilhar, atirar e fugir, nada levando. O segurança veio a óbito, imediatamente, no local.

Assertiva: Ainda que o Mulambo não tenha conseguido levar o aparelho celular, restou configurado o crime de latrocínio.

53. Guilhermina, logo após o parto, sob a influência do estado puerperal, estrangulou seu próprio filho e acreditou tê-lo matado. Contudo, o laudo pericial constatou que, antes da ação de Guilhermina, a criança já estava morta em decorrência de parada respiratória. Nessa situação, Guilhermina responderá pelo crime de homicídio com a atenuante de ter agido sob a influência do estado puerperal.

54. Considere que Zaqueu, penalmente imputável, horas após ter sido injustamente provocado por João, agindo sob influência de violenta emoção, tenha desferido uma facada em João, resultando a sua morte. Nessa situação, Zaqueu responderá por homicídio privilegiado e fará jus à redução de um sexto a um terço da pena.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Fernando Bezerra

55. A lei processual penal terá a sua aplicação imediata, interferindo inclusive nos atos realizados sob a vigência da lei anterior.

56. O processo penal reger-se-á, em todo o território brasileiro, pelo Código de Processo Penal, com exceção somente dos tratados, convenções e regras de direito internacional;

57. O Inquérito policial é um procedimento solene, haja vista exigir formalidades na sua elaboração.

58. Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.

59. Acerca do cumprimento de mandado de prisão à luz do Código de Processo Penal, podemos afirmar que o emprego de força física somente poderá ser utilizado caso o preso tente empreender fuga.

60. Nas hipóteses de captura em flagrante delito, o preso deve ser apresentado à autoridade policial da localidade onde se deu a detenção. Não havendo autoridade no lugar em que se tiver efetuado a prisão, o preso será logo apresentado à do lugar onde o crime se consumou.

61. Os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessarem à prova não precisam acompanhar os autos do inquérito, pois ficam guardados na sede da repartição policial protegidos de interferências externas por conta da preservação dos seus vestígios.

62. A ação penal, nas contravenções, será iniciada com o auto de prisão em flagrante ou por meio de portaria expedida pela autoridade judiciária ou policial. Esta regra permanece no CPP e encontra-se recepcionada pela CF/88.

DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Ricardo Torques

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) representa um marco na história dos direitos humanos. Sobre esse importante documento, julgue os itens a seguir:

63. A Declaração Universal dos Direitos humanos reconhece expressamente a inerência dos direitos humanos como uma de suas características e apresenta a dignidade como elemento comum a todos os indivíduos.

64. É possível que sejam estabelecidas distinções fundadas nas condições políticas, jurídicas ou internacionais de países ou territórios.

O Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) busca dar concretude aos direitos humanos básicos dos brasileiros, alinhando as políticas públicas aos tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário. Desse modo, julgue os itens seguintes:

65. O PNDH-3 objetiva a construção de espaço para a participação democrática para a revisão do PNDH-2 e busca integrar as diferentes dimensões dos direitos humanos.

66. O PNDH-3 apresenta-se estruturado em seis eixos orientadores que representam temas de direitos humanos tidos por fundamentais a serem adotados nas políticas públicas do Governo em matéria humanística.

A Constituição Federal de 1988 apresenta vários dispositivos garantidores e efetivadores dos direitos humanos. Com base no texto constitucional e no posicionamento dos Tribunais Superiores, julgue os itens:

67. O art. 5, §3º da Constituição Federal prevê que os tratados internacionais, se aprovados segundo o procedimento ali previsto, poderão ser equivalentes às emendas constitucionais. Apesar da previsão constitucional ter sido inserida com 2004, apenas um tratado internacional atingiu referido status normativo.

68. O sufrágio é um direito público subjetivo de natureza política, representante do direito fundamental dos cidadãos elegerem seus representantes, e, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, não há qualquer óbice que seja impresso e automaticamente depositado na urna.

69. O Supremo Tribunal Federal já se posicionou no sentido de que fere a laicidade do Estado e a liberdade religiosa o oferecimento de ensino confessional nas escolas da rede pública.

Com base nas Regras mínimas da ONU para o tratamento de pessoas presas, julgue o item:

70. As Regras de Mandela preveem sua aplicação imparcial, sem discriminação de qualquer natureza, devendo ser respeitadas, inclusive, as crenças religiosas e os preceitos morais do grupo a que pertença o recluso.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Paulo Guimarães

71. Paulino Balbuciano é servidor público e está sendo investigado por envolvimento em organização criminosa. Se houver indícios suficientes de que ele integra organização criminosa, o juiz poderá determinar seu afastamento cautelar do cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à investigação ou instrução processual.

72. Maria Pilantrina foi condenada em sentença transitada em julgado por integrar organização criminosa, nos termos da Lei nº 12.850/2013. Desta maneira, não poderá progredir de regime de cumprimento de pena ou obter livramento condicional ou outros benefícios prisionais se houver elementos probatórios que indiquem a manutenção do vínculo associativo.

73. O acordo de colaboração premiada previsto na Lei nº 12.850/2013 poderá ser precedido de instrução, quando houver necessidade de identificação ou complementação de seu objeto, dos fatos narrados, sua definição jurídica, relevância, utilidade e interesse público.

74. De acordo com a Lei nº 12.846/2013, conhecida como Lei Anticorrupção, nas hipóteses de fusão e incorporação de sociedades, a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido, não lhe sendo aplicáveis as demais sanções decorrentes de atos e fatos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, exceto no caso de simulação ou evidente intuito de fraude, devidamente comprovados.

75. A Lei nº 8.429/1992, que trata dos atos de improbidade administrativa, é aplicável unicamente aos agentes públicos, não podendo ser aplicada, em nenhuma hipótese, a particulares.

76. Com exceção apenas do Presidente da República, os agentes políticos estão sujeitos a um duplo regime sancionatório, submetendo-se tanto à responsabilização civil pelos atos de improbidade administrativa quanto à responsabilização político-administrativa por crimes de responsabilidade.

77. De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa, ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro, deverá haver o integral ressarcimento do dano.

78. O Sistema Nacional de Armas – Sinarm foi instituído pela Lei nº 10.826/2003 no âmbito da Polícia Federal, com circunscrição em todo o território nacional.

79. Atalânio Corretínio obteve certificado de Registro de Arma de Fogo, com validade em todo o território nacional. Neste caso, Atalânia está autorizado, na condição de proprietário, a manter a arma de fogo exclusivamente no interior de sua residência ou domicílio, ou dependência desses, ou, ainda, no seu local de trabalho, desde que seja ele o titular ou o responsável legal pelo estabelecimento ou empresa.

80. Compete ao Comando do Exército a autorização do porte de arma para os responsáveis pela segurança de cidadãos estrangeiros em visita ou sediados no Brasil e, à Polícia Federal, o registro e a concessão de porte de trânsito de arma de fogo para colecionadores, atiradores e caçadores e de representantes estrangeiros em competição internacional oficial de tiro realizada no território nacional.

EXECUÇÃO PENAL

Marcos Girão

A respeito do Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária (2020-2023), julgue os itens subsecutivos.

81. A realidade atual torna imprescindível o aumento na eficiência das investigações relacionadas a homicídios, diante do diagnóstico de ocorrência de mais de 65.000 crimes desse tipo no País somente em 2017. Para tanto, recomenda-se o aproveitamento das metas estipuladas no Plano Nacional de Segurança Pública, como, dentre outras, a de estimular a implantação de câmeras de monitoramento de homicídios em conjunto com o sistema de justiça criminal, fomentando a fixação de protocolos comuns de ação entre as instituições.

82. Promover a formação continuada dos profissionais de segurança pública com disciplinas facultativas sobre o atendimento de mulheres em situação de violência, sensibilizando-os para o reconhecimento da violência de gênero é uma das estratégias do Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária para o combate à violência doméstica e familiar contra a mulher.

Julgue os itens que se seguem, com relação à Portaria MJSP nº 65/2019.

83. A Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária (FTIP), apesar de ser constituída no âmbito do Departamento Penitenciário Nacional, não será composta apenas por agentes federais de execução penal. Haverá também na FTIP a presença de agentes penitenciários estaduais e do Distrito Federal, na forma dos Acordos ou Convênios de Cooperação Federativa do Ministério da Justiça e Segurança Pública celebrados com os respectivos Estados e com o Distrito Federal.

84. Situação Hipotética. O Agente Federal de Execução Penal, Fakenylson Covidiano, foi convocado para participar de uma FTIP. Como era sua primeira convocação, perguntou ao seu colega de profissão, Pandemiro Coronardo, quais eram as competências desse tipo de Força-Tarefa. O Agente Coronardo afirmou que são competências da FTIP as atividades de inteligência de segurança pública e as atividades e serviços de guarda, vigilância e custódia de presos. **Assertiva.** Coronardo conhece muito bem as competências de uma FTIP.

85. As Secretarias Estaduais responsáveis pela gestão prisional poderão subdelegar à Coordenação Institucional a gestão da unidade prisional objeto da intervenção. No entanto, destaca-se que tal subdelegação ocorrerá apenas pelo período em que perdurar a ação.

A respeito da Lei nº 13.675/2018, julgue os itens subsequentes.

86. O Sistema Único de Segurança Pública (Susp) é integrado pelos órgãos de que trata o art. 144 da Constituição Federal, pelos agentes penitenciários, pelas guardas municipais e pelos demais integrantes estratégicos e operacionais, que atuarão nos limites de suas competências, de forma cooperativa, sistêmica e harmônica. São integrantes operacionais do Susp, dentre outros, a polícia federal, órgãos do sistema penitenciário, a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) e os Conselhos de Segurança Pública e Defesa Social dos três entes federados.

87. Na composição dos Conselhos de Segurança Pública e Defesa Social haverá representantes dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Defensoria Pública e de entidades de profissionais de segurança pública.

88. A União, por intermédio do Ministério Extraordinário da Segurança Pública, deverá elaborar os objetivos, as ações estratégicas, as metas, as prioridades, os indicadores e as formas de financiamento e gestão das Políticas de Segurança Pública e Defesa Social.

89. O Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas (Sinesp) adotará os padrões de integridade, disponibilidade, confidencialidade, confiabilidade e autenticidade dos sistemas informatizados do governo federal.

A respeito da Portaria MJSP nº 157/2019, julgue os itens a seguir.

90. Situação hipotética. A Sra. Edi Madalena foi visitar seu esposo Cornélio Pacífico no estabelecimento penal federal. Durante a visita, foi observado que Madalena estava utilizando linguagem cifrada ao se comunicar com Cornélio. **Assertiva.** A visita da Sra. Edi Madalena poderá ser interrompida ou até mesmo suspensa.

91. As visitas sociais em parlatório serão quinzenais, deverão ter agendamento prévio, duração máxima de até três horas e realizadas apenas em dias úteis, no período vespertino, das 13h às 19h30. Nessas visitas será permitido para cada preso o acesso de até 2 (dois) visitantes.

Analise a próxima assertiva conforme o Decreto Federal nº 9.489/2018.

92. O Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (CNSP), órgão colegiado permanente, integrante estratégico do Susp, tem competência consultiva, normativa, fiscalizadora e de acompanhamento social das atividades de segurança pública e defesa social, respeitadas as instâncias decisórias e as normas de organização da administração pública.

Com base na Lei Federal nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal), julgue os próximos itens.

93. Dentre os órgãos da execução penal, há o Conselho Penitenciário, colegiado integrado por 13 membros designados através de ato do Ministério da Justiça, dentre professores e profissionais da área do Direito Penal, Processual Penal, Penitenciário e ciências correlatas. Também compõem esse Conselho representantes da comunidade e dos Ministérios da área social.

94. Certo condenados poderão ser submetidos à monitoração eletrônica durante o cumprimento de sua pena, nos moldes da Lei de Execução Penal. A monitoração eletrônica, no entanto, poderá ser revogada se um acusado ou condenado violar os deveres a que estiver sujeito durante a sua vigência ou cometer falta disciplinar.

95. Situação hipotética. Faz 3 (três) meses que o condenado Drágica Broko está submetido ao Regime Disciplinar Diferenciado (RDD). Desde que entrou no RDD não recebeu qualquer visita social. Assertiva. De acordo com a Lei de Execução Penal, o Sr. Broko, se continuar sem receber visita por mais 3 (três) meses, terá o direito, após esse período e com prévio agendamento, de ter contato telefônico, com uma pessoa da família, 2 vezes por mês e por 10 minutos. Esse contato será gravado.

96. Haverá, em cada comarca, um Conselho da Comunidade composto, no mínimo, por 1(um) representante de associação comercial ou industrial, 1 (um) advogado, 1(um) Defensor Público e 1(um) assistente social. O advogado será indicado pela Seção da Ordem dos Advogados do Brasil; o Defensor, pelo Defensor Público Geral; e o assistente social, escolhido pela Delegacia Seccional do Conselho Nacional de Assistentes Sociais.

Considerando a Lei de Execução Penal, julgue os próximos itens.

97. Praticada falta disciplinar por um condenado que cumpre execução de sua pena em estabelecimento penal, deverá ser instaurado o procedimento para sua apuração, conforme regulamento, assegurado o direito de defesa. No interesse da averiguação do fato, a autoridade administrativa poderá decretar o isolamento preventivo do faltoso, pelo prazo máximo de 10 (dez) dias. No entanto, para decretar tal medida, será necessário despacho do juiz competente.

98. Os condenados que cumprem pena em regime semiaberto poderão obter autorização para saída temporária do estabelecimento, sem vigilância direta para visita à família. A ausência de vigilância direta, no entanto, não impede a utilização de equipamento de monitoração eletrônica pelo condenado, quando assim determinar o juiz da execução.

99. **Situação Hipotética:** O sentenciado Edilberto Ventania cumpre a pena em regime fechado e está participando de atividades de estudo por metodologia de ensino a distância, devidamente certificadas pelas autoridades educacionais competentes. **Assertiva:** Por serem atividades de ensino à distância, Ventania não terá direito a remir, por estudo, parte do tempo de execução da pena.

100. A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos um sexto da pena no regime anterior e ostentar bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor do estabelecimento, respeitadas as normas que vedam a progressão.

101. Os Patronatos são órgãos da execução penal e destinam-se a prestar assistência aos albergados e aos egressos. Incumbe ainda aos Patronatos, que podem ser públicos ou particulares, dentre outras atribuições, fiscalizar o cumprimento das penas de prestação de serviço à comunidade e de limitação de fim de semana.

102. Não está certo afirmar que o cometimento de falta grave durante a execução da pena privativa de liberdade interrompe o prazo para a obtenção da progressão no regime de cumprimento da pena. Nesse caso, o reinício da contagem do requisito objetivo terá como base a pena remanescente.

103. A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado. É correto afirmar que a Lei de Execução Penal é aplicada igualmente ao preso provisório e ao condenado pela Justiça Eleitoral ou Militar, quando recolhido a estabelecimento sujeito à jurisdição ordinária.

104. Situação hipotética. O condenado Alpha tem 75 (setenta e cinco) anos de idade. O condenado Beta tem um filho deficiente mental. A condenada Gam descobriu estar gestante. **Assertiva.** É correto afirmar que à Alpha, à Beta e à Gama, se estiverem cumprindo pena em regime aberto, poderão ser beneficiados com o cumprimento de tal regime em residência particular.

105. Cada comarca terá, pelo menos 1 (um) cadeia pública a fim de resguardar o interesse da Administração da Justiça Criminal e a permanência do preso em local próximo ao seu meio social e familiar. A cadeia pública destina-se ao recolhimento de presos provisórios.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL

Tiago Zanolla

COM BASE NAS Leis nº 10.693/2003, 11.907/2009 e 13.327/2016, JULGUE OS ITENS A SEGUIR

106. Compete aos ocupantes do cargo de Agente Federal de Execução Penal o exercício das atividades de atendimento, vigilância, custódia, guarda, assistência e orientação de pessoas recolhidas aos estabelecimentos penais federais e das atividades de natureza técnica, administrativa e de apoio a elas relacionadas.

107. O ingresso no cargo Agente Federal de Execução Penal far-se-á mediante prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, no primeiro padrão da classe inicial. O concurso público poderá ser organizado em 2 ou mais fases

108. A primeira fase do concurso público para Agente Federal de Execução Penal constituir-se-á de 4 etapas, eliminatórias e classificatórias, que incluem provas escritas, prova de aptidão física, prova de aptidão psicológica e investigação para verificação dos antecedentes pessoais do candidato.

109. A segunda fase, de caráter apenas classificatório, consistirá na realização de curso de formação, com duração e regras gerais definidas em ato do Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça e especificadas no edital do concurso.

110. O desenvolvimento do servidor nos cargos das Carreiras de Especialista Federal em Assistência à Execução Penal, Técnico Federal de Apoio à Execução Penal e Agente Federal de Execução Penal obedecerá o interstício mínimo de 24 meses entre cada progressão.

111. Possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando no mínimo 240 horas, e qualificação profissional com experiência mínima de 11 anos, ambas no campo específico de atuação de cada cargo é, entre outro, pré-requisito mínimo para promoção à classe C dos cargos de nível superior de Especialista Federal em Assistência à Execução Penal.

112. Os vencimentos dos titulares dos cargos integrantes da Carreira de Agente Penitenciário Federal terá em sua composição o vencimento básico, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Agente Penitenciário Federal e a Gratificação de Atividade de Risco.

113. A promoção à classe Especial do cargo de Agente Federal de Execução Penal terá como requisito Possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando no mínimo 120 horas, e qualificação profissional com experiência mínima de 12 anos, ambas no campo específico de atuação do cargo;

114. Segundo o Decreto n. 6.877/2009, o processo de inclusão e de transferência, de caráter excepcional e temporário, terá início mediante requerimento da autoridade administrativa, do Ministério Público ou do próprio preso.

115. Segundo o Decreto n. 6.877/2009, recebidos os autos, o juiz estadual decidirá sobre a inclusão ou a transferência, podendo determinar diligências complementares necessárias à formação do seu convencimento.

COM BASE NO DISPOSTO NO DECRETO N. 6.049/2007, JULGUE OS ITENS A SEGUIR.

116. Entre os órgãos auxiliares do Sistema Penitenciário Federal, encontram-se a Ouvidoria, Corregedoria-Geral do Sistema Penitenciário Federal e a Coordenação-Geral de Inclusão, Classificação e Remoção.

117. Para orientar a individualização da execução penal, os condenados serão classificados segundo os seus antecedentes e personalidade. A classificação e a individualização da execução da pena será feita pela Comissão Técnica de Classificação.

118. Quando o preso for oriundo dos sistemas penitenciários dos Estados ou do Distrito Federal, deverão acompanhá-lo no ato da inclusão no Sistema Penitenciário Federal a cópia do prontuário penitenciário, os seus pertences e informações acerca do pecúlio disponível.

119. A assistência psiquiátrica e psicológica será prestada por profissionais da área, por intermédio de programas envolvendo o preso e seus familiares e a instituição, no âmbito dos processos de ressocialização e reintegração social.

120. A assistência educacional compreenderá a instrução escolar, ensino básico e fundamental, profissionalização e desenvolvimento sociocultural.

Prova Discursiva

Marcio Damasceno / Carlos Roberto

[...]

Ao longo de 55 anos, os Estados usaram as “Regras Mínimas para o Tratamento de Presos” como um guia para estruturar sua Justiça e sistemas penais. Ocorre que essas regras nunca tinham passado por revisão até o ano passado, quando, finalmente, em 22 de maio de 2015, as Nações Unidas oficializaram novo quadro de normas, incorporando novas doutrinas de direitos humanos para tomá-las como parâmetros na reestruturação do atual modelo de sistema penal e percepção do papel do encarceramento para a sociedade. Editaram-se, pois, as chamadas Regras de Mandela.

O novo Estatuto levou em consideração instrumentos internacionais vigentes no país, como o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e a Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes e seu Protocolo Facultativo.

Além disso, observou quanto à necessidade de cuidado diferenciado, considerando a situação específica de crianças, adolescentes e mulheres submetidos à administração da justiça, em particular enquanto se encontram em situação de privação de liberdade, como está previsto nas Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça, da Infância e da Juventude (Regras de Pequim), Diretrizes das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil (Diretrizes de Riad), e nas Regras das Nações Unidas para a Proteção de Jovens Privados de Liberdade e Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para as Mulheres Infratoras (Regras de Bangkok).

A atualização das Regras Mínimas fornece-nos orientações atualizadas e muito mais precisas, com instruções exatas para enfrentar a negligência estatal, prestigiando a dignidade daqueles em situação de privação de liberdade para devolver-lhes a essência de seres humanos que são e, bem por isso, obrigam sejam respeitados, proteção contra qualquer espécie de tratamento ou castigo degradante ou desumano, acomodações razoáveis para pessoas com deficiências físicas e mentais, entre outras orientações.

Apesar de o Governo Brasileiro ter participado ativamente das negociações para a elaboração das Regras Mínimas e sua aprovação na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2015, até o momento não está essa normativa repercutida em políticas públicas no país, sinalizando o quanto carece de fomento em nosso país a valorização das normas de direito internacional dos direitos humanos.

As Regras de Mandela podem e devem ser utilizadas como instrumentos a serviço da jurisdição e têm aptidão para transformarem o paradigma de encarceramento praticado pela justiça brasileira.

Com adaptações. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/09/a9426e51735a4d0d8501f06a4ba8b4de.pdf>.

Acesso em 27 de maio de 2020.

Considerando que o texto precedente tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo-argumentativo a respeito do seguinte tema.

EGRESSO DO SISTEMA CARCERÁRIO: ENTRE O ESTIGMA E A REINTEGRAÇÃO SOCIAL

Em seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

1. o estigma de ex-presidiário e as dificuldades para esse indivíduo reestabelecer sua dignidade perante a sociedade;
2. como o Estado pode facilitar a reinserção social do egresso;
3. colaboração da sociedade na reinserção social do egresso.

FOLHA DE RESPOSTA

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-DEPEN-07-06>


Conheça nosso Sistema de Questões

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no banner e aproveite os descontos e bônus imperdíveis!



Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!

A banner with a black background. On the left is a close-up image of an owl's face with yellow eyes. To the right, the text 'ASSINATURA ILIMITADA' is written in large, bold, light blue letters. Below this, a blue box contains the text 'ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO* SEM PREOCUPAÇÃO'. In the top right corner, there is a yellow and blue price tag with two options: '1 ANO 12X R\$ 199,97' and '2 ANOS 12X R\$ 333,97'. At the bottom left, there is a small text '*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE'.